

“Quero Trazer à Memória o que me Traz Esperança”. Movimento Ecumênico: Avaliação e Perspectivas

*Magali do Nascimento Cunha**

Resumo

Traçar um balanço do movimento ecumênico, por meio de uma avaliação e da identificação de perspectivas, dada a diversidade que o marca, é tarefa de difícil empreitada. Este artigo busca responder ao objetivo de abordar esta avaliação e as perspectivas dela decorrentes, por meio da narrativa da memória do movimento ecumênico no plano mundial e no Brasil, identificando os sucessos, as tensões, as crises e as superações, registrando nomes, episódios e situações emblemáticas. Entende-se aqui que recorrer à memória não é se deter no passado, mas, a partir dele, lançar um olhar sobre o presente e para o futuro. Bibliografia especializada e depoimentos de quem viveu e vive o processo de construção do movimento ecumênico no Brasil são as referências fundamentais para o estudo aqui apresentado.

Palavras-chave: *Ecumenismo; Movimento ecumênico; Conselho Mundial de Igrejas; Confederação Evangélica do Brasil; Memória social.*

Abstract

To make a balance of the ecumenical movement, through an evaluation and identification of perspectives, given the diversity that is one of its strong characteristics, is particularly difficult endeavor. This article attempts to

* Doutora em Ciências da Comunicação e mestre em Memória Social e Documento, jornalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social e da Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, Brasil. Membro do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas. E-mail: Magali.cunha@metodista.br

answer the purpose of addressing this evaluation and the prospects arising from it, through the narrative of the memory of the ecumenical movement globally and in Brazil, identifying the successes, tensions, crises and overruns, recording names, episodes, and emblematic situations. It is understood here that resorting to memory is not dwelling on the past, but, it's from there, taking a look at the present and the future. Literature and testimony from those who lived and live the process of building the ecumenical movement in Brazil are the main references for the study presented here .

Keywords: *Ecumenism; Ecumenical movement; World Council of Churches; Evangelical Confederation of Brazil; social memory.*

Avaliar o movimento ecumênico e pensar suas perspectivas não é tarefa de fácil realização. Afinal, uma das marcas deste movimento, em especial nas terras brasileiras, têm sido os constantes períodos de transição e reconstituição diante dos tantos avanços, das muitas crises, dos fortes retrocessos, e das intensas superações. Desta forma, o objetivo de trazer nesse texto um balanço do movimento ecumênico no mundo e no Brasil será realizado por meio de um processo da narrativa de uma memória marcada por nomes, ações e episódios expressivos, constituintes desta construção histórica, que têm efeitos no tempo presente e projetam perspectivas futuras. Aqui buscaremos oferecer esta contribuição trazendo a memória sempre com o direcionamento do nosso olhar para o presente com vistas ao porvir. Afinal, como diz o profeta do Antigo Testamento bíblico, “Quero trazer à memória, o que me traz esperança” (Lamentações 3.21).

Parte I: Ecumenismo e seu Movimento no Plano Mundial

Ecumenismo é coisa de protestante. Esta afirmação é chave em qualquer recuperação da memória do movimento ecumênico chamado “moderno”, que tem suas raízes nos movimentos de diálogo e associação de igrejas e grupos cristãos, que marcaram o período áureo da expansão missionária protestante (final do

século XVIII a meados do século XX). É certo que isto só pode ser afirmado quando ressaltado o período contemporâneo, já que, quando são puxados os fios da memória mais antiga, na atmosfera da Reforma Protestante e da Contra-Reforma, conforme importante levantamento cronológico de Zwinglio Motta Dias, se pode identificar

atitudes de pessoas e grupos que sonharam com a unidade da Igreja de Cristo em meio aos desagregadores eventos de sua dissolução histórica. (...) Exemplos que, do século XVI para cá, mostraram que a busca da unidade eclesial, sinal da presença atuante do Espírito na vida da Igreja de Cristo, sempre esteve presente no interior das mais diferentes formas históricas que a Igreja, sucessivamente, foi assumido, pois Deus nunca ficou sem suas testemunhas no interior da história humana.¹

Mas voltando a atenção para a constituição do movimento ecumênico tal como o conhecemos, com toda diversidade que lhe caracteriza, mas com o princípio bíblico-teológico que une, podemos afirmar: é coisa de protestante, pois é fato que foi neste segmento do cristianismo que emergiu o despertar para o escândalo das tantas divisões do Cristianismo, no momento em que começou a se espalhar pelo “mundo incrédulo”.

1. Missão: Fonte de Unidade

O século XIX foi o período em que o movimento missionário protestante deflagrado no século XVIII, em direção aos continentes não-cristianizados, se consolidou e se ampliou. Missionários, muitos formados em escolas de teologia que se abriram para o liberalismo teológico, experimentavam o cotidiano de uma nova realidade sociopolítica, econômica e cultural, e refletiram sobre ele, construindo uma consciência do que denominaram “o escândalo da divisão dos cristãos”. Essa consciência se explica pelo fato de o movimento missionário

¹ Zwinglio Motta DIAS. A Longa Estrada Ecumênica, p. 3-8.

protestante ter tornado possível não só a presença e a expansão dos protestantes por todo o planeta como também que a divisão entre os cristãos se tornasse mais visível.

O despertar para a consciência do escândalo da divisão e a necessidade de cooperação e unidade no trabalho evangelístico representaram o que historiadores consideram a gênese do que hoje conhecemos como movimento ecumênico. Nomes como Robert Wilder, John Mott, Robert Speer, J. H. Oldman, Martin Kähler, Hugh Clarence Tucker fazem parte da lista de pessoas que, engajadas no trabalho missionário, se defrontaram com a necessidade de superar o divisionismo entre os cristãos em nome de um testemunho mais coerente da proposta do Evangelho diante do mundo. Nesse espírito, reconheceram que a unidade era uma questão de fé e passaram a afirmar que a desunião representava mais uma manifestação de descrença. Buscavam-se, nestes primórdios, práticas que tornassem possível a dimensão da unidade visível do corpo de Cristo, com base na oração de Jesus expressa no Evangelho de João, capítulo 17, versículo 21: “... que eles sejam um para que o mundo creia”.

A Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, realizada em 1910, como fruto desse processo, abriu caminho para a realização de outras Conferências que construíram uma teologia da missão e caminhos de unidade no trabalho missionário. Convocada pelas sociedades missionárias europeias e norte-americanas, refletia a hegemonia destes dois continentes no campo da missão. Foram 1400 delegados de grande parte dos países da Europa e da América do Norte, todos protestantes; apenas 17 eram do hemisfério sul. Nela se revelou a busca de caminhos de cooperação entre as sociedades missionárias e de minimização do escândalo da divisão. Sem discutirmos as intenções pragmáticas dessa reunião, vale destacar que as consequências deste evento vão levar a outros rumos, tanto para a compreensão de missão quanto para os esforços pela unidade visível entre cristãos e a relação com as religiões não-cristãs.

Duas das consequências fortes de Edimburgo foram a criação da *International Review of Mission* [Revista Internacional de Missão], em 1912, e a inauguração do processo de criação do Conselho Missionário Internacional (EUA, 1921). É desta forma que Edimburgo 1910, a propósito da causa missionária, e dos acordos em torno da cooperação para se espalhar o Evangelho pela face da terra sem escandalizar os “missionados” com as divisões entre os cristãos, em especial os protestantes, passa a ser compreendida como a gênese do movimento ecumênico contemporâneo.

A decisão pela não-participação de missionários atuantes na América Latina (entendido como continente já cristianizado) tem como consequência a articulação missionária latino-americana: o Congresso Missionário do Panamá (1916), marco do movimento ecumênico no continente.

É preciso, porém, reconhecer que, antes de Edimburgo, muitas experiências de cooperação e unidade cristãs já vinham sendo vivenciadas, a propósito mesmo de demandas dos campos missionários, mas também do interior das próprias agremiações eclesíásticas. Entre as tantas podemos destacar, todas com origem no século XIX : (1) o surgimento das Sociedades Bíblicas, a partir de Londres; esforço cristão coletivo com vistas à produção de Bíblias em várias línguas para alimentar a ação missionária; (2) a criação da Aliança Evangélica Mundial na Europa, esforço por cooperação missionária, que se espalha pelos outros continentes; (3) o surgimento das conferências/convenções/comunhões/federações de famílias confessionais, a começar da Comunhão Anglicana, passando pelo Concílio Mundial Metodista, a Convenção Batista Mundial, a Federação Luterana Mundial, a Aliança Mundial Reformada; (4) as articulações de juventude para ações comuns, como a Associação Cristã de Moços (depois a de Moças) e a Federação Mundial dos Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC); (5) os movimentos em prol da unidade em torno da educação cristã que fez surgir a União das Escolas Dominicais e, mais tarde, o Conselho Mundial de Educação Cristã.

Muitas pessoas e grupos engajados nestes e em outros movimentos que reuniam cristãos, principalmente protestantes, em torno de causas comuns, atuaram na preparação e participaram da Conferência de Edimburgo, o que torna possível dizer que aquela experiência foi o clímax de uma história já desenhada desde o século XIX e a origem de outros movimentos decorrentes daquela inspiração ecumênica.

2. Processo em Movimento

Além do movimento missionário, dois outros serão responsáveis pela concretização dos esforços por unidade do início do século XX, e contribuíram para a consolidação do movimento ecumênico tal como o conhecemos hoje.

Recordemos, pois, os movimentos *Aliança Mundial para a Promoção da Amizade Internacional através das Igrejas e Vida e Ação*, ambos gerados pelos movimentos internacionais cristãos pela paz, que intensificaram suas ações durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). É fato que esses primeiros movimentos e articulações em torno da unidade e cooperação entre as igrejas na busca da justiça, da paz e da integridade da criação resultam de um processo de despertar entre cristãos para uma releitura dos desafios do Evangelho. A tradição ocidental predominantemente individualista, da pregação da separação igreja e mundo e da não preocupação com as “questões terrenas”, havia fortalecido a tendência de se pensar a missão da igreja como a pregação espiritualizada da mensagem cristã, com fins de conversão religiosa e adesão de novos fiéis. Isto se refletiu nas atividades das igrejas, cuja maioria estava voltada para a sua vida interna.

No entanto, expressões teológicas destacadas, como a do Evangelho Social nos EUA na passagem do século XIX para o século XX, influenciaram na transformação desse quadro. Filho do liberalismo teológico, o Evangelho Social nasceu como uma resposta à crise urbana resultante das transformações

econômicas nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão. Essa expressão teológica, que tem suas mais fortes referências no teólogo e pastor batista Walter Rauschenbusch, buscava elaborar uma reflexão que respondesse à situação dos pobres e dos trabalhadores explorados nas grandes cidades estadunidenses. São reforçados por intermédio dessa reflexão conceitos como “a implantação do reino de Deus na terra”, “a sociedade redimida” e “transformação da sociedade por meio da ação cristã”, conceitos baseados numa releitura dos evangelhos e do ministério de Jesus Cristo.²

As ações desses movimentos levaram, ao final da Primeira Guerra, à realização da Conferência Cristã Internacional sobre Vida e Trabalho (Estocolmo, 1925, 600 delegados/as, de 37 países), e motivaram as igrejas a atentarem para a necessidade de se buscar um cristianismo prático como testemunho de unidade para o mundo. Desenvolveu-se então o conceito que marcaria a trajetória do movimento ecumênico que é o da responsabilidade social cristã, ou a responsabilidade cristã em realizar a vontade de Deus na sociedade. No primeiro evento que vai marcar esta ênfase, a Conferência de Vida e Ação, de Estocolmo (1925, 600 delegados/as, de 37 países), havia uma ênfase na responsabilidade individual, de cada cristão ou cristã. Estabelecido um “comitê de continuação”, foi formado um Conselho Ecumênico para Vida e Ação (1930) e um instituto internacional de pesquisa social.

Na segunda conferência (Oxford, 1937), o surgimento dos regimes totalitários, que buscaram influenciar a vida das igrejas e mais tarde provocaram a explosão da Segunda Guerra Mundial, levou a um avanço nessa compreensão: a responsabilidade é coletiva, das igrejas que se reúnem em nome do Cristo. “[Que a igreja] seja unida Nele em uma fraternidade de amor e serviço”³. Com isso, se num momento havia uma forte convicção de que “a doutrina divide mas o serviço une” – o que, na verdade, expunha a doutrina cristã como algo dissociado do serviço

² Sobre o Evangelho Social, ver Ronald C. WHITE Jr., Howard C. HOPKINS, *The Social Gospel. Religion and Reform in changing America*.

³ Cf. Marlin van ELDERN. *Introducing the World Council of Churches*, p. 28.

cristão —, num segundo momento, reconhecia-se que “decisões sobre que tipo de ação social pode ser assumido conjuntamente têm um muito a ver com questões teológicas como o que significa ‘o Reino de Deus’”.

Diálogos teológico-doutrinários bi e multilaterais são também resultado deste processo de busca de unidade visível, e estão nas origens do movimento ecumênico. As tantas reuniões e conversações oficiais, desde o século XVIII com o diálogo anglicano-católico, continuam a acontecer entre as famílias confessionais com a produção de estudos e pronunciamentos comuns.

Estes eventos foram determinantes também à constituição do *Movimento Fé e Ordem*, que tem origens em 1910, a partir das articulações em Edimburgo, cujo momento marcante foi a realização da Conferência Mundial sobre Fé e Ordem, em 1927, na cidade suíça de Lausanne (400 delegados, de 127 igrejas). Os princípios deste movimento baseavam-se no diálogo teológico com a finalidade de identificar acordos e desacordos em questões doutrinárias entre as diferentes famílias confessionais. Dali nasceu a Comissão Fé e Ordem, organizadora de novas conferências, promotora de diálogos bi e multilaterais (estes já em curso desde 1717). Uma forte consequência deste processo foram as influências teológicas mútuas tanto das famílias confessionais nas bases teológicas do movimento ecumênico quanto na formação de tendências na reflexão teológica no interior das famílias confessionais.

3. Um Processo que Gera Frutos e Tensões

Este histórico revela muitos frutos, acompanhados, no entanto, de tensões. Um dos frutos mais destacados é o Conselho Mundial de Igrejas, resultante da articulação da Comissão de Fé e Ordem com o Movimento Vida e Ação, que avaliando positivamente a experiência ecumênica que vivenciavam, envolvendo as igrejas, formam um comitê, em 1937, com sete

membros de cada segmento, para trabalhar pela criação de um Conselho Ecumênico de Igrejas. A fundação estava prevista para 1941, mas por conta da Segunda Guerra Mundial, que explode em 1939, foi necessário esperar até 1948 quando é realizada uma assembleia em Amsterdã (Holanda), com 351 representantes de 147 igrejas (protestantes e ortodoxas) de 44 países (a maioria da Europa e da América do Norte). Em 23 de agosto é aprovada a criação do *Conselho Mundial de Igrejas* (CMI).

A identidade do CMI está expressa na base constitucional aprovada em Amsterdã: "O Conselho Mundial de Igrejas é uma comunidade de igrejas que confessam a Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo o testemunho das Escrituras, e procuram responder juntas à sua vocação comum, para a glória do Deus único, Pai, filho e Espírito Santo".

Uma importante decisão das igrejas fundadoras foi a de trazer para o CMI as ênfases que marcaram as origens do movimento ecumênico. Já na fundação foi criada a Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais, agência que permanece atuando no organismo trabalhando pela resolução pacífica de conflitos, pelo desarmamento e a reconciliação entre países e grupos. Ponto forte da trajetória de Vida e Ação continuada no CMI foi ainda a realização da Conferência Mundial sobre Igreja e Sociedade (Genebra, 1966). É considerado o evento que tornou possível "o primeiro exame cristão verdadeiramente mundial das questões e responsabilidades sociais"⁴.

⁴ Isso porque, pela primeira vez, um número igual de participantes era oriundo de países africanos, asiáticos, latino-americanos, do Oriente Médio, da Europa Ocidental e da América do Norte, com representantes também da União Soviética e da Europa Oriental. Leigos e clérigos católicos-romanos também se fizeram representar com as recentes reflexões do Concílio Vaticano II sobre "A Igreja no Mundo Moderno". Cf. Ans J. Van der BENT, Dietrich WERNER. "Conferências Ecumênicas". In: Lossky, Nicholas (et al.) (ed.). *Dicionário do Movimento Ecumênico*, p. 238. [Verbete] A contribuição da América Latina nessa conferência foi marcante, com os princípios da emergente Teologia da Libertação sendo partilhados, em especial na participação do teólogo Richard Shaull, criador da Comissão Igreja e Sociedade no Brasil (1955), com a noção de "teologia da revolução". A noção que Shaull defendeu insistia que as igrejas "devem ser mais ativas em promover uma oposição revolucionária em nível mundial ao sistema capitalista político e econômico imposto sobre as novas nações pelos países industrializados ocidentais, o que estava levando a novos tipos de colonialismo e opressão". Cf. Paul ABRECHT. "Sociedade". In: Nicholas Lossky, (et al.) (ed.), *ibidem*, p. 1021. [Verbete]

A *Comissão Fé e Ordem* foi integrada ao CMI e, como nos primórdios do movimento, continuou a se dedicar ao tratamento de temas controversos entre os cristãos: a compreensão e a prática do batismo, da eucaristia e do ministério ordenado; a igreja e os conceitos de sua unidade; a intercomunhão; Escritura e tradição; o papel e a importância dos credos e confissões; a ordenação de mulheres; influência dos chamados fatores não-teológicos sobre os esforços para a unidade das igrejas. A comissão também trabalha temas de interesse comum ou fundamentais para a comunhão, tais como: culto e espiritualidade; esperança cristã para hoje; inter-relação entre os diálogos bi e multilaterais; além de oferecer assessoria às igrejas unidas ou em união. O documento mais importante, resultante desses esforços, é *Batismo, Eucaristia e Ministério*, finalizado e aprovado em Lima (Peru), em 1982. Destaca-se ainda uma produção nos estudos da eclesiologia: *A natureza e a missão da Igreja – uma etapa no caminho para uma declaração comum*.

Quanto à ênfase na missão, em 1961, o Conselho Missionário Internacional, que até então participava em apoio ao CMI, mas mantendo sua autonomia, decidiu pela adesão ao organismo e tornou-se sua Comissão de Missão Mundial e Evangelismo, e prosseguiu realizando as Conferências Mundiais de Missão em continuidade à Edimburgo 1910.

O CMI tem, em 2011, uma membresia de 349 igrejas, denominações e fraternidades, de mais de 110 países, representando mais de 560 milhões de cristãos entre igrejas ortodoxas, anglicanas, batistas, luteranas, metodistas, reformadas, unidas, pentecostais e independentes.

Este processo não se deu sem tensões. Houve muita desconfiança e reações de desaprovação da parte de lideranças eclesiais à criação do CMI. Suspeitas de o CMI ser uma articulação da Igreja Católica Romana para levar os protestantes de volta ao seu seio uniam-se à acusação de que o organismo representaria, na verdade, a formação de uma

superigreja com a unificação das concepções de fé de quem aderisse, bem como de práticas e costumes. Essas reações se somavam ao desconforto com a presença de Igrejas do Leste Europeu na membresia do Conselho e o risco de dominação comunista e de o CMI representar um veículo de disseminação do liberalismo entre as igrejas. Foi assim que surgiu o Conselho Internacional de Igrejas, criado nos EUA, no mesmo ano de 1948, por Carl McIntire, um dos líderes do movimento fundamentalista, para fazer oposição aberta ao movimento ecumênico e ao CMI.

O CMI completou 60 anos de existência em 2008 em meio a celebrações e discussões tensas quanto ao seu lugar num mundo de marcante pluralidade de experiências eclesiais que não está numericamente representada no organismo, em especial no que diz respeito aos grupos pentecostais. O próprio movimento ecumênico revela-se bastante plural, com uma diversidade extensa de grupos e organizações que expressam formas as mais distintas de cooperação e atuação conjunta, muitos deles não formalmente atrelados ao CMI, como ocorreu com movimentos do passado.⁵

Entretanto, os frutos não podem deixar de ser nominados. A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, desde 1908, revela-se uma prática exemplar de segmento do desejo de Jesus revelado em João 17.21. Ações diaconais, herança de Vida e Ação, continuam a revelar que a unidade pode acontecer na prática concreta de promoção da vida, por meio do CMI e de muitas outras organizações e grupos. Diálogos bi e multilaterais continuam a acontecer entre as famílias confessionais com a produção de estudos e pronunciamentos comuns.

Ainda buscando superar desconfianças e barreiras daqueles que colocam o CMI e o movimento ecumênico como sinônimos, e tornar possível o encontro e a cooperação entre os diferentes atores do movimento ecumênico e as diferentes

⁵ Sobre os 60 anos do CMI, suas tensões e perspectivas para o futuro, ver os artigos de *Tempo e Presença Digital*, ano 3, n. 12, set 2008. Disponível em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/default.asp?cod_boletim=13

expressões eclesiais, surge nos anos 2000 o Fórum Ecumênico Global, com apoio do próprio CMI, como um “espaço aberto onde representantes de uma ampla gama de igrejas cristãs e de organizações intereclesiais, aos quais confessam o Deus Trino e a perfeição de Jesus Cristo em sua divindade humana, possam reunir-se para fomentar o respeito mútuo, para explorar e tratar juntos os desafios comuns”.⁶

4. E a Igreja Católica Romana?

Quando recuperamos esta memória da instituição do movimento ecumênico, é preciso registrar que boa parte dela não conta com a participação dos católicos-romanos. O movimento ecumênico foi idealizado e consolidado pelos grupos protestantes, com adesão dos cristãos ortodoxos, no período inicial. A Igreja Católica Romana se manteve distante destas iniciativas por décadas, quadro que somente foi alterado nos anos 60, com o Concílio Vaticano II que gera a criação do Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos (1960), seguido da publicação do Decreto sobre Ecumenismo *Unitatis Reintegratio* (1965). Em 1989, o Secretariado foi elevado à Categoria de Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

Estas ações representam uma “virada de página” na atitude dos católicos-romanos em relação à unidade visível do corpo de Cristo, a começar pela consideração da pluralidade deste corpo e pelo incentivo ao encontro e à ação conjunta. A partir daí a Igreja Católica passou a ser membro de vários conselhos e de igrejas e organizações ecumênicas em países e continentes. Não se tornou membro do CMI, mas participa como observadora em Assembleias e reuniões importantes, tendo representação plena na Comissão de Fé e Ordem, e está engajada em nove diálogos bilaterais. Católicos romanos também estão presentes nas diversas expressões do movimento ecumênico: organizações de serviço, fóruns, associações, movimentos.

⁶ Cf. <http://www.globalchristianforum.org>.

Esta relação de quase cinco décadas também não acontece sem tensões. Segmentos mais tradicionalistas do catolicismo advogam fidelidade ao princípio de “única igreja”, à classificação das demais experiências eclesiais como “seitas”, e à compreensão de que a unidade passa pelo Papa. E documentos recentemente publicados, como a *Declaração Dominus Iesus*, acabam por alimentar crises. Segmentos católicos mais abertos ao ecumenismo, ainda aprendendo desta história, e buscando criar identidade própria nela, acabam também alimentando tensões quando defendem compreensões de ecumenismo que terminam por minimizar a base da unidade cristã, classificando-a indiretamente como “microecumenismo”, desde que foi cunhado o termo “macroecumenismo” entre esses grupos para expressar uma dimensão considerada mais ampla que inclui o diálogo inter-religioso. Termo que dificilmente entra no vocabulário dos grupos protestantes e ortodoxos, herdeiros de Edimburgo e seus desdobramentos, que enxergam o princípio ecumênico construído pela história como algo que foi sendo amplificado ao longo da história e traz no seu sentido três dimensões: a unidade cristã, a promoção da vida e o diálogo inter-religioso como testemunho da fidelidade a Cristo.

5. O Momento Presente e suas Perspectivas Futuras

Portanto, o movimento ecumênico vai se equilibrando entre crises e sucessos. No caso do CMI, sua crise se pauta pelo fato de suas origens no movimento terem sido relativizadas pela força da institucionalização que o faz ter que se equilibrar entre ser um conselho de igrejas e ser um conselho das igrejas-membros. Com isso, o CMI tem que gerenciar a permanente tensão entre protestantes e ortodoxos, e ainda buscar formas de aproximação com os hegemônicos pentecostais e os expressivos evangélicos, se quer continuar a sobreviver como um conselho de igrejas do mundo.

A diversidade de expressões do movimento que passa por grupos cristãos dos mais diversos contextos eclesiais e culturais e também pelos movimentos de mulheres, de jovens, pelo meio ambiente, entre tantos, encontra também dificuldades de reconhecimento e consolidação, frente à forte dimensão institucional e eclesiástica.

Há também tensões em meio a uma realidade complexa em que a lógica do mercado, da política de resultados e da produtividade lucrativa é assumida pelas igrejas e agências de serviço detentoras do capital que sustenta a estrutura e as ações de segmentos do movimento que precisam de fundos para ir adiante. Isto, certamente, termina por relativizar o sentido da parceria e da solidariedade que alimentam as ações de unidade.

Atrelar o movimento ecumênico às instituições é amarrá-lo a essas e a outras tantas posturas que, quando não negam o princípio de unidade e cooperação que estão nas bases históricas acima recordadas, o relativizam e modificam para dar lugar aos projetos institucionais e eclesiásticos, em torno do qual está sempre uma questão chave: o poder e suas disputas.

Uma perspectiva positiva em todo este quadro de crise foi sinalizada na 9ª Assembleia do CMI, Porto Alegre/2006, que desafiou as igrejas e demais participantes em dois momentos: (1) quando se dispôs, na programação denominada “Conversações Ecumênicas” e nos comitês, a abrir um caminho determinante para o futuro do CMI e do movimento ecumênico: a reflexão e a busca de práticas em torno das mudanças no contexto eclesial e ecumênico; (2) a experiência do Mutirão.

A Conversação Ecumênica “Mudanças no contexto eclesial e ecumênico” trouxe para a mesa os temas das novas formas emergentes de ecumenismo e dos desafios no caminho para a unidade – a busca de uma resposta ecumênica para hoje. Estes dois temas se unem no que lá foi classificado como a reconfiguração do movimento ecumênico. Não é possível mais compreender o movimento ecumênico como uma unidade de estruturas, mas sim um mosaico com muitos corpos e muitos

membros, muitos interlocutores e ministérios especializados. As igrejas, protagonistas no passado, dividem agora o cenário com muitos outros atores. Chegou-se, na assembleia, a compreender este processo com a metáfora de uma coreografia ecumênica, em que muitos participam cada um com um passo, uma expressão diferente, mas todos “dançando” a mesma música (o projeto de Deus), em harmonia. O CMI é hoje, na verdade, um dos tantos elementos neste quadro complexo, mas que se vê vocacionado a garantir coerência no movimento como um todo, dada a herança que carrega de articulador dos movimentos que originaram as principais ênfases ecumênicas em curso.

O segundo momento, o Mutirão, confirma esta reflexão. Foram centenas de projetos, organismos, grupos eclesiais e não eclesiais que ali estavam para partilhar suas ações, dando visibilidade ao mosaico de muitos corpos e muitos membros. Educação, gênero, teologia, meio-ambiente, superação da violência, juventude, saúde, direitos humanos, difícil elencar aqui em poucas linhas todos os temas e motivações para ação e reflexão ali partilhadas por gente de mais de uma centena de países, de diferentes sexos, idades, etnias, culturas, confissões de fé. Muita vitalidade foi ali revelada, indicando, mais uma vez, que o movimento ecumênico é muito maior do que as igrejas. Mas isto não quer dizer que elas não devam continuar sendo chamadas à conversão aos caminhos da unidade. E esta afirmação demanda uma abordagem teológica, o que desafia para outro artigo.

Parte 2: Caminhos e Descaminhos do Movimento Ecumênico no Brasil

Como “ecumenismo é coisa de protestante”, é preciso retomar a memória de que, seguindo as tendências que se configuraram no plano mundial, este segmento cristão no Brasil foi formado, desde os primórdios, também pela presença de grupos promotores da unidade e da cooperação. Por exemplo, em 1900, um acordo entre metodistas e presbiterianos avança

na configuração de uma aliança, quando definem que uma cidade não seria ocupada por mais de uma denominação, que não haveria proselitismo entre elas, e que haveria uma comissão interdenominacional para resolver questões e dificuldades⁷.

Mas foram os movimentos por unidade e cooperação desde o século XIX os responsáveis pela articulação de grupos, os mais diversos, entre os protestantes, que lhe deram novas expressões e sinais de uma presença mais significativa na vida do País.

1. Responsabilidade Sociopolítica, Aberturas Teológicas e Juventude: Origens no Brasil

A memória deste período inicial das articulações ecumênicas no Brasil destaca nomes como o ex-padre Manuel da Conceição, do místico Miguel Vieira Ferreira – instituidores de um “nacionalismo” dentro do protestantismo; Eduardo Carlos Pereira, Erasmo Braga, Epaminondas Mello do Amaral – articuladores de movimentos pró-unidade evangélica. Essa articulação gerou uma nova forma de entender o relacionamento com a sociedade e o sentido da missão e foi a gênese do movimento ecumênico brasileiro.

Um primeiro resultado foi a criação, em 1934, da Confederação Evangélica do Brasil, associação de cinco das principais igrejas protestantes brasileiras: Congregacional, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Metodista, Luterana. A CEB atuou significativamente na representação das igrejas protestantes no Brasil frente aos diversos segmentos sociais. Mas é nos anos de 1950 que as igrejas evangélicas são “sacudidas” por novas formas de pensar teologicamente e de agir pastoralmente. A fundação do Conselho Mundial de Igrejas [1948] deu forma a este momento, com a articulação de diferentes ênfases e motivações para a ação cristã. As Conferências Missionárias e a Conferência “Igreja e Sociedade”, de 1966, estimulam um novo pensar e um novo agir.

⁷ Cf. Emile G. LEONARD. *O Protestantismo Brasileiro*, p. 129.

Fruto deste período foi um novo pensamento teológico que alimentou e deu sustentação a todo este movimento. Uma nova forma de fazer teologia, reintroduzindo, também, a interrogação como exigência cristã, procurou contextualizar o estudo da Bíblia e os ideais da Reforma Protestante, isto é, lembrá-los, reinterpretá-los e ressignificá-los à luz dos desafios do tempo em curso. Resultando, em grande parte, da ativa contribuição de teólogos como Karl Barth, Emil Brunner, Dietrich Bonhoeffer, Paul Tillich, esta nova teologia havia nascido na Europa no início do século XX, mas fora obstruída, no Brasil, pela ação fundamentalista (anti-intelectualista e contrária a qualquer leitura crítica da Bíblia). No entanto, a partir dos anos de 1950, ela passou a ganhar espaço no Brasil, sobretudo por influência do ensino nos seminários teológicos. Destaque-se, neste processo, o Seminário Presbiteriano de Campinas, reconhecido na época como uma das melhores escolas de teologia do Protestantismo latino-americano, que tinha à frente nomes como o de Richard Shaull, teólogo e missionário presbiteriano estadunidense, que veio para o Brasil em 1952 e exerceu significativo papel na formação de pastores e jovens leigos no período até 1966.

Ao mesmo tempo aconteciam as articulações latino-americanas, a criação do movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL)⁸ e os novos contornos teológicos que

⁸ ISAL foi o resultado das conexões do Protestantismo Latino-Americano, concretizadas por meio das Conferências Evangélicas Latino-Americanas (Celas) realizadas em 1949 (Buenos Aires), 1961(Lima) e 1969 (Buenos Aires). Nas Celas, que chegaram a reunir duas centenas de protestantes de mais de 40 igrejas e cerca de 30 países, discutia-se a dimensão social da teologia protestante, a organização do movimento ecumênico em termos geográficos e temas como o subdesenvolvimento, a fome e a reforma agrária no Continente. ISAL foi criada na Cella de 1961, com a finalidade de levar às igrejas as bases bíblico-teológicas da responsabilidade sociopolítica dos cristãos. Como resultado, publicou a revista *Cristianismo e Sociedade* e livros com reflexões de teólogos protestantes latino-americanos, consideradas bases instituintes da Teologia da Libertação. Alguns países latino-americanos, desde os anos de 1950, já possuíam atividades nesta linha, apoiadas pelo Departamento de Igreja e Sociedade do CMI. O primeiro presidente de ISAL foi o bispo metodista brasileiro Almir dos Santos, que presidiu a Conferência do Nordeste. Sobre ISAL e os conteúdos das reflexões desenvolvidas, ver J. Bittencourt Filho. *Por uma eclesiologia militante*. ISAL como nascedouro de uma nova eclesiologia para a América Latina. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Instituto Metodista de Ensino Superior, 1988.

daí emergem: a gênese da Teologia da Libertação. Nomes como José Miguez Bonino, Julio de Santa Ana e Emilio Castro despontam nesse cenário.

A ação da CEB é marcada neste momento pelas atividades do Departamento de Ação Social e do Setor de Responsabilidade Social, vinculado ao Departamento de Estudos. O Setor de Responsabilidade Social, durante a sua existência (1955-1964), organizou uma consulta e três conferências de estudos, que, segundo historiadores do Protestantismo brasileiro, marcaram a história dos evangélicos no Brasil. A consulta, em 1955, adotou um tema, até então, pouco comum ao vocabulário das igrejas: “A responsabilidade social da Igreja”. As conferências adotaram temáticas que procuravam acompanhar os grandes temas nacionais como “A Igreja e as rápidas transformações sociais no Brasil” (1957, tempo das metas de JK), “Presença da Igreja na evolução da nacionalidade” (1960, com a efervescência dos debates ideológicos inspirados pela experiência cubana e a obsessão pelo “novo”) e “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” (1962, quando a palavra “igreja” é substituída e o tema repercute na imprensa secular – rádio e TV).

Os ideais de unidade e responsabilidade sociopolítica e o novo pensamento teológico encontraram uma síntese na atuação dos movimentos de juventude evangélica (estudantil e no interior das igrejas). Estes movimentos formaram lideranças expressivas para as igrejas e para o movimento ecumênico nacional e internacional durante os anos de 1910 a 1960 e realizaram atividades que transformaram a atuação do Protestantismo no Brasil, como os acampamentos de trabalho social em áreas empobrecidas. A memória deste período destaca a União Cristã Estudantil do Brasil (UCEB) e o Departamento de Juventude da CEB, que ganharam expressão internacional, e o nome do teólogo e missionário presbiteriano estadunidense Richard Shaull será sempre lembrado como chave na articulação dos conteúdos teológicos e das práticas significativas.

2. As Reações ao Movimento Ecumênico: Silenciamento

Um texto não assinado publicado com destaque em 1957, no jornal oficial das Igrejas Congregacionais, é um exemplo da reação que a teologia de Karl Barth produzia em lideranças protestantes na época. O texto era uma crítica à nota publicada no número anterior do jornal, que se referia a Karl Barth como o maior teólogo do Protestantismo na época.

Infelizmente temos que discordar da opinião do autor dessa nota, pois o prof. Barth pode ser considerado o maior teólogo do modernismo atual, mas nunca do Protestantismo hodierno, pois no seu entender, a Bíblia está crivada de erros e não pode ser aceita como fonte da Verdade. (...) O Barthianismo é bem mais perigoso do que o modernismo antigo, que usa grande porção de termos cristãos com significação alterada. O povo cristão poderá ser, assim, enganado e não compreenderá o alcance da propaganda até que ela venha dominar as igrejas e arruinar a fé dos estudantes para o ministério.⁹

A teologia barthiana é apenas um exemplo do que estava sendo suscitado no ensino teológico. Os jornais oficiais das igrejas passaram a ser um “campo de batalha” para ataques e defesas das novas ideias. As reações indicavam que as lideranças estavam incomodadas com o nível a que chegaram as aberturas permitidas em virtude da fragilidade em que o protestantismo se encontrava — em especial, o não-crescimento numérico, e a “ameaça” pentecostal que crescia com a urbanização. As cúpulas das igrejas, até então silenciosas, passaram a tomar o controle da educação teológica e dos outros “flancos abertos” para agir com rigor. Richard Shaull registra: “Alguns dos líderes da Igreja nacional, que foram os mais afetados por esses fatores, começaram a explorar outras pessoas para seus fins políticos. Dentro em pouco começaram a agir decisivamente”¹⁰.

⁹ *O Cristão*, 11-12, 15, 30 jun. 1957, p. 1, 70.

¹⁰ Richard SHAULL. Entre Jesus e Marx (Reflexões sobre os anos que passei no Brasil), p. 51.

O projeto ecumênico foi interpretado pelos grupos conservadores fundamentalistas como o projeto de uma superigreja que poderia ser a união do fragmentado protestantismo. Além disso, o CMI era acusado de “modernista”, devido ao fato de o organismo não ter-se apresentado como inimigo do chamado modernismo teológico e de não ter a Bíblia como base de confissão de fé¹¹. Além da acusação de “modernista”, foi adicionada a questão política, por meio da insinuação de que a entrada das igrejas ortodoxas do Leste europeu significava aproximação perigosa do socialismo soviético¹².

Houve também muitas reações contrárias ao engajamento dos protestantes nas questões sociais:

Tem-se procurado dar ampla divulgação ao trabalho de algumas pessoas, abrindo estradas no morro e melhorando algumas favelas no Rio (...) mas, se com a ênfase que se dá a este grupo de trabalho se quiser insinuar que é essa a missão da Igreja, para sermos justos teremos primeiro de aclamar heróis da fé os prefeitos municipais (...). A Igreja deve formar personalidades semelhantes a Cristo, que exercerão a influência de sal da terra e luz do mundo. Havia no Império Romano muitas injustiças sociais. Os cristãos primitivos não se organizaram para combater essas injustiças, inclusive a escravidão, mas fielmente testemunharam a Cristo e o Império Romano caiu com todas as suas prepotências.¹³

A liberdade de expressão cultivada pelos jovens, por meio de suas publicações, muitas vezes encontrava barreiras dentro das igrejas.

Na nossa gestão [como presidente da Confederação Nacional da Mocidade Congregacional] foi fundado o jornal *O Exemplo*. Foi em 1945, eu tinha 22 anos. Por meio desse jornal levantei uma polêmica dentro da Igreja. Comecei a discutir a questão da unidade. Alguns artigos que publiquei receberam críticas do jornal denominacional *O Cristão*. (...) [Em 1956] fizemos a

¹¹ Cf. Rubem ALVES. *Protestantismo e Repressão*, p. 261.

¹² A. G. MENDONÇA. O não-ecumenismo no Brasil, p. 24.

¹³ *O Puritano*, 10 nov. 1956, p. 2 *apud* Alves, R., *Op. Cit.*, p. 226.

proposta de realizar um congresso unido, dos presbiterianos e congregacionais. (...) Foi editado um número só para os dois jornais [*O Exemplo* e *Mocidade*]. Isso criou uma polêmica muito grande. (...) Um número só para os dois jornais, editado pelos dois responsáveis [Jether Ramalho e Waldo César] e o título era: “Para que todos sejam um” que era o tema do encontro unido. Isso trouxe dificuldades muito grandes tanto para mim quanto para o Waldo, pois a Igreja percebeu que havia um movimento muito forte. Não fui reeleito presidente da Confederação de Jovens.¹⁴

As reações contrárias partiam das cúpulas das denominações, mas também existiam no interior das próprias organizações de juventude. Um artigo publicado em 1950, no jornal *Mocidade*, recebeu comentários por mais de um ano. Nele, o autor, o pastor presbiteriano Benjamin César, indicava os “graves perigos” entre os jovens presbiterianos: o excesso de organização e a falta de espiritualidade; a não preocupação com a “salvação” dos sócios da União de Mocidade Presbiteriana; entusiasmo pelo “falso ecumenismo”; influência do “mundanismo solerte”¹⁵.

Um dos professores do Seminário de Campinas, Guilherme Kerr, no discurso de formatura da turma de 1952, fez a seguinte crítica:

A mocidade, sem o mínimo conhecimento de causa, mas com grande presunção de saber, redige os seus jornais e, no uso e abuso dos direitos que a Igreja lhe cede, enxovalha ministros e até igrejas; exalta esses falsos mestres revelando uma ignorância revoltante dos fatos que se põe a comentar e das doutrinas em que devia crer e recomenda ao leitor a sabedoria e a infalibilidade de tais mestres.¹⁶

Uma carta de um leitor da revista *Cruz de Malta*, da juventude metodista, expôs críticas ao debate de questões sociopolíticas pelos jovens:

¹⁴ Jether Pereira RAMALHO. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha, Rio de Janeiro, 3 jul. 1997.

¹⁵ João Dias de ARAÚJO. *Inquisição sem fogueiras*, p. 25.

¹⁶ *Mocidade*, fev./mar. 1952. p. 2 *apud* Araújo, J. D. de, op.cit. p. 24.

A Cruz de Malta vem publicando, ultimamente, em sua seção “Síntese”, artigos que em tudo destoam e se afastam dos altos propósitos da revista da Mocidade Metodista Brasileira. (...) Afirmarções como estas (...) são impróprias ao espírito cristão que deve nortear a *Cruz de Malta*, revista que não é órgão de uma agremiação político partidária e sim da Mocidade Metodista do Brasil.¹⁷

Em relação ao movimento estudantil protestante, os conflitos deram-se nos mesmos moldes: de um lado os membros da UCEB, de outro, grupos de jovens evangélicos e pastores de algumas igrejas. A acusação à UCEB era de que estava fazendo os estudantes perderem a fé e com isso algumas denominações e missões estrangeiras retiraram seu apoio pastoral e financeiro.

De acordo com João Dias de Araújo, o reavivamento do movimento fundamentalista no Brasil despertou o fortalecimento do radicalismo conservador, combatendo os “modernistas” e “ecumênicos” e acusando de comunistas todos os que não simpatizavam com o fundamentalismo. Para o autor, foi o movimento fundamentalista que despertou a tendência inquisitorial do Protestantismo conservador.¹⁸

As reações contrárias convergiram, e as lideranças identificadas com elas optaram pelo silenciamento. Nesse momento, pela novidade, relevância e abrangência dos

¹⁷ *Cruz de Malta*, mai. 1958. p. 10.

¹⁸ João Dias de Araújo acrescenta em seus estudos que o Fundamentalismo, nascido contra o Liberalismo Teológico no final do século XIX e início do século XX, estava enfraquecido até o final da Segunda Guerra Mundial, quando a Guerra Fria e a luta contra os comunistas reacendeu o movimento, que criou o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs. “Sob o pretexto de defender a ortodoxia, esses fariseus peripatéticos se ligaram diretamente a todos os movimentos radicais de extrema direita política-social e a todos os fascismos dos Estados Unidos da América. Houve ligações obscuras com a ‘John Birch Society’ e com os movimentos contrários à integração racial. A imprensa norte-americana denunciou que os fundamentalistas apoiam a ‘Ku Klux Klan’. Combateram ostensivamente o pastor Martin Luther King. Foram fervorosos defensores da Guerra do Vietnam (...) Na América Latina, os fundamentalistas se apresentaram gratuitamente a governos militares da direita para serem espíões dos seus irmãos e se prontificaram a denunciar todos os inimigos do capitalismo”. Uma das conseqüências desta forte ação fundamentalista no Brasil foi mais uma divisão da Igreja Presbiteriana com a criação da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, em 1956, por Israel Gueiros, árduo defensor da vinculação da IPB ao CIIC. Op.cit. p. 18-19, 44.

movimentos no interior das igrejas, os grupos dominantes promoveram contra eles uma ação concertada de repressão e censura, como registra Richard Shaull:

Quando examinamos a Igreja a partir dessa perspectiva [da renovação], falhamos em reconhecer a obstinação de suas instituições e o fato de que as instituições religiosas, como as demais, servem aos interesses do *status quo*. Nunca levamos suficientemente a sério os temores e as frustrações de pessoas que se perturbam com novos desenvolvimentos, e cujas insignificantes posições de poder e influência possam ser abaladas pelo surgimento de uma nova visão. Nem sempre avaliamos até onde podem chegar os que ocupam posição de poder quando são forçados a lutar pela sua sobrevivência. Daquele momento em diante, toda a iniciativa da Igreja Presbiteriana do Brasil passou às mãos desses líderes de cúpula¹⁹.

As primeiras ações silenciadoras por parte das cúpulas das denominações deram-se ainda na segunda metade dos anos de 1950. A situação mais grave ocorreu no interior da Igreja Presbiteriana do Brasil, que possuía uma liderança forte e politizada, o seminário teológico de maior expressão (Campinas/SP) e a liderança do movimento ecumênico de juventude e da CEB. Os dirigentes presbiterianos identificaram a força do movimento pela transformação da igreja e tomaram duas atitudes: demissões de professores nos seminários e dissolução da Confederação da Mocidade Presbiteriana com o fechamento do jornal *Mocidade*.

Em 1958, Richard Shaull já havia sido advertido. No mês de abril, ele estava terminando suas férias de um ano nos Estados Unidos com a família, quando recebeu uma carta do reitor do Seminário de Campinas pedindo-lhe que não retornasse mais ao Brasil. Shaull desconsiderou a carta e voltou para descobrir que, em apenas um ano, a situação havia mudado, como ele mesmo lembra:

O reitor estava convencido [...] de que o meu ensino estava se tornando o centro de crescente controvérsia na Igreja e que minha presença no seminário poderia influenciar

¹⁹ R. SHAULL. *Op.cit.*, p. 52

negativamente a renovação teológica à qual me havia dedicado tanto. (...) Sentia-me despreparado para essa reviravolta nos acontecimentos. Não podia acreditar que o movimento ao qual estava tão relacionado pudesse estar em tamanho perigo. (...) Aqueles, entre nós, que acreditavam estar no limiar de uma nova era, foram subitamente colocados na defensiva. (...) Minha posição passou a ser a de observador dos acontecimentos, enquanto todas as coisas pelas quais havia trabalhado iam sendo destruídas uma a uma.²⁰

A repressão interna nas igrejas se intensificou após a Conferência do Nordeste; afinal os protestantes que vinham de uma história de oposição aos católicos, naquele momento possuíam lideranças que dialogavam com eles e com os marxistas. Isso passou a ser inaceitável. Com o golpe militar de 1964 no Brasil, a crise se fortaleceu e o que ocorreu foi uma aliança dos setores conservadores do protestantismo, interessados em obstruir todo e qualquer movimento de transformação, com os setores conservadores nacionais, interessados, por meio do golpe, na manutenção do *status quo*²¹. Um editorial do jornal *Brasil Presbiteriano* registrava em 1964: “Merece o seu governo [Castelo Branco] o apoio dos cristãos que devem constantemente orar por ele, e positivamente participar da vida nacional”²².

Uma nota publicada no mesmo jornal destacava a estreiteza das relações entre as cúpulas das igrejas e o governo militar:

Pastores e presbíteros da Igreja Presbiteriana do Brasil têm sido convidados a freqüentar cursos e ciclos de estudos promovidos pelas delegacias regionais da Ação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Versam os estudos sobre os temas Segurança Nacional e Desenvolvimento²³.

Apoiados pelo ideal dos militares de livrar a Pátria de comunistas, os grupos dirigentes das igrejas acrescentaram à

²⁰ *Ibid.*, p. 51-52.

²¹ J. D. de ARAÚJO. *Op.cit.*, p. 48-54.

²² *Brasil Presbiteriano*, jun. 1964. p. 3 J. D. de ARAÚJO. *Op.cit.*, p.51.

²³ *Brasil Presbiteriano*, out. 1974. p. 2 *apud* J. D. de ARAÚJO, *ibidem*.

lista os “modernistas” e os “ecumênicos” para fazer o mesmo nas suas próprias denominações e nos organismos sobre os quais tinham poder.

Com a concentração de esforços dos grupos conservadores dentro e fora das igrejas, a CEB não demorou a ser silenciada. Na CEB já havia uma crise estabelecida desde os anos de 1960 quando ela se expandia pelo País por meio dos Departamentos de Ação Social e de Juventude e do Setor de Responsabilidade Social.

[O Setor de Responsabilidade Social] era ecumenicamente muito maior do que a CEB com toda a sua tradição e história. Isso causava um mal estar interno para o pessoal, que via aquilo assustado. A contradição interna fantástica era a de que nós conseguimos fazer encontros com a participação de marxistas. A Confederação até tolerava isso, mas não tolerava um católico à frente. A barreira com os católicos era forte. Uma vez tinha um encontro com um grupo católico e saiu no *O Globo* uma notinha com o meu nome, de que eu estava com padres católicos, etc. Eu fui chamado à atenção, apesar de dizer que não fui pela Confederação, mas como iniciativa pessoal. Eles me proibiram disso.²⁴

Eu me lembro que eu estava em Natal fazendo uma conferência e quando fizemos a crítica ao programa de distribuição de roupas, no final nós fomos procurados por uma pessoa que se dizia ser da embaixada americana, ligada à igreja, e que fez uma denúncia não só às autoridades, mas à própria CEB sobre o trabalho que estávamos fazendo.²⁵

Em fevereiro de 1963 a CEB elegeu nova diretoria. O novo presidente, Adorno Vassão, teria afirmado estar preocupado com as “tendências esquerdistas” na CEB e ser seu objetivo colocar “um ponto final” nelas. Uma comissão de inquérito foi estabelecida e cada secretário de departamento ou setor, interrogado sobre suas posições políticas. Uma das acusações feitas, principalmente aos secretários-executivos, era de que

²⁴ Waldo CÉSAR. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha, Rio de Janeiro, 19 set. 1997.

²⁵ J. RAMALHO. Entrevista, op.cit.

estavam colocando “em perigo a causa evangélica”, pela atuação e pela posição política, teológica e eclesiológica que estavam assumindo²⁶.

A tensão continuou até que, ainda no mês de abril de 1964, o coronel do exército, membro da Igreja Presbiteriana, Tito Avilez, visitou a CEB para examinar os arquivos e documentos e descobrir possíveis “atividades políticas subversivas”. Daí vieram as primeiras demissões sumárias e a extinção do Setor de Responsabilidade Social e do Departamento de Juventude, mais a reformulação de outros, como o de Ação Social. As medidas da CEB encontraram protestos oficiais de diferentes igrejas brasileiras, como a Metodista, a Luterana, a Episcopal e a Congregacional, um presbitério da IPB e das agências ecumênicas e juntas de missões internacionais. Estas últimas agravaram a crise da CEB, pois decidiram interromper a ajuda financeira aos programas e atividades da Confederação.

O clima de censura e de repressão e a crise financeira conduziram a CEB à extinção. As atividades foram suspensas e os departamentos que continuaram existindo foram sendo extintos no decorrer dos anos. A apatia tornou-se tão expressiva que não se conseguia nem mesmo alcançar quorum em assembleia para dissolver a CEB, o que fez com que a instituição continuasse existindo juridicamente até o presente²⁷.

O movimento de juventude evangélica conseguiu sobreviver ainda por um período, mas a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968, deu outro fôlego aos grupos conservadores das igrejas. Esses grupos valeram-se dos mecanismos de repressão da ditadura e, por meio

²⁶ Cf. Domicio Pereira MATTOS. *Posição Social da Igreja*, p. 123-125.

²⁷ Durante a atuação do último Congresso Constituinte no Brasil (1986-1988), um grupo de deputados evangélicos, na época acusados de trocar favores do governo federal por votos de apoio aos seus projetos para a Constituição, decidiu “ressuscitar” a CEB em junho de 1987. O objetivo era utilizá-la como veiculadora de projetos sociais, para os quais receberiam verba do governo. Esta atitude resultou na realização de um ato ecumênico de repúdio à reorganização da CEB na forma como se apresentava. O ato reuniu oficialmente as principais igrejas evangélicas do País em agosto de 1987. Sobre o assunto ver Magali do Nascimento CUNHA e Paulo Roberto Salles GARCIA. Em busca da unidade visível, evangélicos se associam, p. 12.

de denúncias, conseguiram desestabilizar o que restava dos movimentos de juventude. Lideranças foram presas, acusadas de subversão, muitos jovens passaram pela experiência da tortura, do exílio e mesmo da morte. Seminários teológicos foram fechados, com professores e alunos expulsos²⁸.

A partir deste momento, com a extinção da CEB e dos movimentos de juventude e o esvaziamento do ensino teológico, os setores conservadores das igrejas se reforçaram na liderança, provocando a retomada do sectarismo denominacionalista e a reabertura das portas à ação conservadora avivalista norte-americana. José Bittencourt Filho classifica este período como a “idade das trevas do Protestantismo brasileiro”, com o fechamento das igrejas em si mesmas e obscurantismo da educação religiosa, como a “domesticação” dos jovens para o ministério pastoral²⁹.

Este quadro, além de produzir desestabilizações, traumas, mortes, exílios, no entanto, promoveu reações de alguns grupos dispersos pela repressão eclesiástica. Estes grupos procuraram se articular e criar espaços para a sobrevivência dos seus ideais — as significações marginalizadas —, em especial para a instituição de uma memória das experiências vividas desde aqueles anos, como forma de resistência e garantia de espaço para sobrevivência do novo.

²⁸ A atuação dos órgãos de repressão militares e paramilitares no Brasil no período de 1964 a 1979 é descrita na obra organizada pela Arquidiocese de São Paulo, *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985. Dentre os líderes protestantes que foram presos e torturados, como consequência da atuação contestatória ao sistema estabelecido, dentro e fora das igrejas, duas lideranças jovens presbiterianas foram mortas: Ivan Motta Dias (que constava na lista de desaparecidos desde 1971, com morte reconhecida em 1995) e Paulo Stuart Wright (morte no DOI-CODI de São Paulo em 1973). Dias militava na UCEB e na UNE e Wright atuava em Santa Catarina, com a organização de cooperativas de pescadores, tendo sido eleito deputado estadual. Cf. Zwinglio DIAS. Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 28 out. 1997, e WRIGHT, Jaime. Paulo Stuart. In: Conferência do Nordeste: 30 anos, *op.cit.*, p. 16. Sobre a crise dos seminários teológicos, ver J. D. de ARAÚJO, *op.cit.*, p. 55-63 e Zuleica de Castro Coimbra MESQUITA. Faculdade de Teologia da Igreja Metodista na crise planetária de 1968: interação entre o micro e o macro, p. 105-116.

²⁹ Do *Kairós* Protestante. *Op.cit.*, p. 19.

3. Resistência e Reconfiguração do Movimento Ecumênico no Brasil

Algumas das consequências deste processo de repressão e resistência foram o apoio maior do CMI ao ecumenismo brasileiro e o estreitamento de laços com missões dos Estados Unidos e com setores da Igreja Católica Romana³⁰.

O apoio do CMI no Brasil dava-se principalmente por intermédio da atuação de Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), cuja referência no Brasil havia sido o Setor de Responsabilidade Social do Departamento de Estudos da CEB. No ano de 1966, trinta pessoas de sete denominações protestantes vinculadas ao extinto setor da CEB reuniram-se em São Paulo e decidiram reiniciar o programa de Igreja e Sociedade interrompido e criaram a Comissão de Igreja e Sociedade do Brasil, mais tarde denominada ISAL - Regional Brasil. ISAL-Brasil teve como diretor Waldo César e secretário-executivo Jether Ramalho.

Este contexto levou, ainda em 1964, à criação de um órgão latino-americano que visava apoiar as pessoas perseguidas e expurgadas dos quadros institucionais eclesiais. Chamava-se Comitê AD HOC. Era liderado por Richard Shaull e integrado por dois missionários e uma pessoa não-cristã dos Estados Unidos.

Dessas iniciativas nascem os primeiros organismos que vão dar fôlego ao movimento ecumênico brasileiro durante e depois da ditadura militar: o Centro Ecumênico de Informação (CEI, mais tarde transformado no Centro Ecumênico de Documentação e Informação/CEDI), a Diaconia e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE).

Era um momento significativo para o movimento ecumênico. Ao mesmo tempo em que as cúpulas das igrejas freavam as mudanças, movimentos internos e externos, ainda que

³⁰ Waldo CÉSAR. Um ecumenismo voltado para o mundo. Esboço para uma história do ecumenismo no Brasil, p. 6.

minoritários e destituídos do poder institucional das estruturas eclesiais, resistiam para garantir os esforços ecumênicos.

Um outro elemento externo também contribuiria com este processo: as novas significações que emergiam no interior da Igreja Católica Romana com o Concílio Vaticano II. O Concílio revolucionou a Igreja Católica, abrindo-a para o mundo moderno, definindo o seu relacionamento com ele como “igreja-serva”, dando legitimidade aos quadros leigos e clérigos politicamente comprometidos. O Vaticano II também ampliou as fronteiras da igreja, admitiu o movimento ecumênico e reconheceu os protestantes como irmãos (por meio de um decreto sobre Ecumenismo). Além disso, as línguas locais passaram a ser adotadas nas liturgias católicas, incentivou-se a popularização da Bíblia entre os leigos e a redução na ênfase nas imagens de santos dos templos³¹.

No interior da Igreja Católica no Brasil havia semelhanças com o processo experimentado pelos protestantes após 1964. Havia resistência às mudanças do Vaticano II e apoio ao golpe militar, mas também crescentes conflitos entre a igreja e o governo militar por causa da prisão de militantes da Ação Católica, manifestações públicas contra o “desenvolvimento sem justiça” e a tortura. Após 1968, inúmeros padres foram presos ou expulsos, bispos foram processados ou sofreram atentados. A realização da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), em Medellín (Colômbia, 1968), significou a aplicação do Vaticano II à realidade latino-americana e provocou o fortalecimento do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com base leiga. Num movimento oposto ao ocorrido entre os protestantes, é a cúpula do Catolicismo que incentivava a renovação e o engajamento sociopolítico da igreja, sendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) um instrumento privilegiado³².

³¹ Existe ampla bibliografia sobre o Concílio Vaticano II e suas conseqüências para a Igreja Católica. Ver especialmente Fr. Guilherme BARAÚNA (Org.). *A Igreja do Vaticano II*.

³² Cf. Duncan Alexander REILY. *História documental do protestantismo no Brasil*, p. 321-322.

O ecumenismo no Brasil entra numa nova fase, a partir deste contexto. Os católicos se abrem, por meio das cúpulas, aproximando-se dos protestantes alijados de suas denominações e organizações oficiais, fora das cúpulas. Duncan A. Reily cita a reflexão do teólogo mexicano Raul Vidales sobre a emergência deste novo elemento:

Há católicos que adotam o modelo da dominação. Eles se entendem muito bem com os protestantes que também assumem o projeto de dominação. Entrementes, católicos comprometidos com os pobres entendem-se facilmente com os protestantes que têm a mesma atitude. Portanto, creio que o futuro do ecumenismo está nesse caminho e não ao longo do caminho tradicional burocrático, diplomático ou doutrinário.³³

Esta afirmação de Vidales se aplica ao ecumenismo tanto abraçado por católicos como por protestantes: a sobrevivência a tantas crises no Brasil tornou possível um desenvolvimento do movimento ecumênico no país que não passa exclusivamente pelo caminho institucional. O movimento é muito maior do que as igrejas, e é isto que torna possível não só a sua sobrevivência mas a sua vitalidade.

No Brasil, as tentativas de silenciamento e esquecimento do movimento por parte das cúpulas protestantes, aqui retomadas, não alcançaram pleno sucesso, devido às experiências de resistência em espaços inicialmente semiclandestinos. Um exercício de contrapoder ou contra-hegemonia, por meio da prática de contrainformação aliada à articulação dos que não haviam perdido a esperança, foi o elemento-chave que viabilizou a existência do Centro Ecumênico de Informação (CEI), e a partir dele um expressivo número de grupos e organizações ecumênicas que, até os dias de hoje, procuram manter viva esta memória herdada.

³³ Ibidem.

A título de Conclusão: uma Memória que Alimenta o Presente e o Futuro

Recuperamos aqui uma memória de tensões, conflitos e expurgos, silenciamentos e esquecimentos, mas também de muita criatividade. Memória que assegurou a sobrevivência e a visibilidade do movimento ecumênico que veio a se instituir no mundo e entre os brasileiros, por meio da aglutinação de simpatizantes da causa ecumênica dispersos nas várias denominações protestantes, no próprio Catolicismo e no campo secular. Devido à ação, ao longo de várias décadas, destes grupos, o ecumenismo finalmente instituiu-se como um valor, por meio de ações no plano formal institucional e no plano da vivência mais informal das comunidades.

E, hoje, a percepção da presença de um valor ecumênico pode se dar tanto na observação das práticas que envolvem protestantes, católicos e pentecostais, como em episódios que provocam manifestações públicas de repúdio à intolerância. Estas práticas e episódios revelam que há um valor ecumênico instituído. Os esforços de diálogo inter-religioso – manifestações das transformações que ainda se operam neste movimento em construção –, ainda que frágeis e insipientes, tanto no plano eclesial como no plano eclesial, também corroboram esta percepção.

A repressão interna e externa às igrejas ainda permanece em nossos tempos (como, por exemplo, a decisão da Igreja Metodista, em 2006, de se desassociar do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, o CONIC) e há baixíssimo número de igrejas filiadas formalmente às organizações ecumênicas, o que revela a fragilidade do movimento somada às crises e tensões já mencionadas neste texto. No entanto, a despeito disso, considerando-se a existência de expressivo número de organizações ecumênicas oficiais das igrejas ou associações de indivíduos ou grupos para cooperação e serviço aos

movimentos sociais, é possível afirmar que o movimento ecumênico no Brasil é uma realidade.

O ecumenismo é um “caminho sem volta” – ainda que constantemente cimentado por obstáculos, por mudanças e por “novas” versões das velhas crises – cujos rumos vão sendo definidos no presente. Indo mais além (e esta é a crença mais profunda e mais inspiradora das ideias deste texto), o ecumenismo se constitui, hoje – não obstante as novas e crescentes versões do conservadorismo –, em um valor essencial para igrejas e grupos que pretendem garantir sua sobrevivência, revivificando pelo diálogo, pela contínua interrogação, pelo respeito e pela abertura para “o outro”, aquelas que são, afinal, significações centrais do Cristianismo.

Referências

- ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.
- ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueiras*. 2 ed. Rio de Janeiro: ISER, 1982.
- BITTENCOURT FILHO, J. *Por uma eclesiologia militante*. ISAL como nascedouro de uma nova eclesiologia para a América Latina. Dissertação [Mestrado em Ciências da Religião]. Instituto Metodista de Ensino Superior, 1988.
- CÉSAR, Waldo. Um ecumenismo voltado para o mundo. Esboço para uma história do ecumenismo no Brasil. In: Caminhos e Descaminhos da Unidade Evangélica. *Contexto Pastoral*, 5(26), Rio de Janeiro: Koinonia, mai./jun. 1995. Suplemento Debate. P. 3-4.
- _____. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha, Rio de Janeiro, 19 set. 1997.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *Crise, esquecimento e memória*. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação [Mestrado em Memória Social e Documento]. Universidade do Rio de Janeiro, 1997.

CONFERÊNCIA do Nordeste: 30 anos. *Contexto Pastoral*, 2(8). Campinas/Rio de Janeiro: CEBEP/CEDI, mai./jun. 1992. Suplemento Debate.

DIAS, Zwinglio Motta. A Longa Estrada Ecumênica. *Suplemento Especial de Tempo e Presença*, jan.-fev. 2000, p. 3-8.

DIAS, Zwinglio Motta. Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 28 out. 1997.

ELDERN, Marlin van. *Introducing the World Council of Churches*. Genebra: WCC Publications, 1992. Risk Book Series.

LOSSKY, Nicholas (et al.) [ed.]. *Dicionário do Movimento Ecumênico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MATTOS, Domício Pereira. *Posição Social da Igreja*. Rio de Janeiro: Praia, 1965.

MENDONÇA, A. G. O não-ecumenismo no Brasil. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: CEDI, 15(271), set./out. 1993. p. 23-25.

MESQUITA, Zuleica de Castro Coimbra. Faculdade de Teologia da Igreja Metodista na crise planetária de 1968: interação entre o micro e o macro. *Revista do Cogeime*, [s.n.] , 6(10), 1997. p. 105-116.

RAMALHO, Jether Pereira. Entrevista a Magali do Nascimento Cunha, Rio de Janeiro, 3 jul. 1997.

REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1984.

SHAULL, Richard. Entre Jesus e Marx (Reflexões sobre os anos que passei no Brasil). *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro: ISER/CER, n. 9, jun. 1983. p. 47-58.

Tempo e Presença Digital, ano 3, n. 12, set 2008,. Disponível em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/default.asp?cod_boletim=13